

Protel - Bolsa de Telefones - Proterra Administração e Com. de Imóveis Ltda.
 Recanto - Empreendimentos Imobiliários Ltda.
 Serietate Imóveis Ltda.
 Stalk do Brasil
 Status Car - Comércio de Veículos Ltda
 Sul América - Terrestre, Marítimas e Acidentes, Cia. de Seguros.
 Vitenge - Comércio e Representações Ltda.

Florianópolis, 09 de março de 1993.

João Jorge de Lima
 Diretor de Justiça

Elizabeth Luiza Fernandes Baesso
 Gerente do PROCON/SC.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

RETIFICAÇÃO

Ao Primeiro Termo Aditivo publicado no Diário Oficial do Estado, de nº 14.635, edição do dia 26/02/93, a página 62.

Onde se lê:

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 212/92, celebrado com o município de São José do Cerrito
 Leia-se: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 212/92, celebrado com o município de São José do Cerrito

Ao Segundo Termo Aditivo publicado no Diário Oficial do Estado de nº 14.635, edição do dia 26/02/93, a página 43.

Onde se lê:

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 139/91, celebrado com o município de Armazém
 Leia-se: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 139/91, celebrado com o município de Armazém

Florianópolis, 15 de março de 1993. IOMP 2573/93B

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTES: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

OBJETO: Execução de obras de fixação da Barra do Camacho, no município de Jaguaruna/SC.

VALOR E DOTACÃO: CR\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros), correndo a despesa a conta do elemento 4110.00, fonte 10, da atividade "ENGENHARIA RURAL", código 1401.04140772.648, do Orçamento do Estado para 1.993.

PRazo E VIGENCIA: A contar da data de sua assinatura, encerrando em 31 de dezembro de 1.993.

DATA E ASSINATURA:

Florianópolis, 11 de março de 1.993

CAIRU HACK, pela CONTRATANTE

OLICES OSMAR SANTINI, pela CONTRATADA

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA E/ 098 /93

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, usando da competência delegada pelo inciso II, artigo 49, do Decreto nº 525, de 02 de setembro de 1991, e tendo em vista o que consta da Portaria N/

008 /93 /SEC e do Parecer nº 0015 /93/SEC/ DISU,

RESOLVE:

1 - Autorizar o funcionamento do Ensino Supletivo Fundamental de 1a. a 4a. Série na Escola Senador Atílio Fontana, localizada na cidade de Concórdia, mantida pela Empresa SADIA Concórdia S.A. Indústria e Comércio.

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 16/03/93

Paulo Roberto Bauer

Secretário da Educação, Cultura e Desporto

PORTARIA P/ 2752/93/SEC

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES SUBDELEGADAS PELA PORTARIA E/0366/91/SEC, DE 20.09.91, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO 069E 001386/93-0, RESOLVE CONCEDER AFASTAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 29, ITEM VII, DA LEI NRO 6844, DE 29.07.86, A MONIKA NASCIMENTO (MATRICULA NRO 167998), E.CIVIL --CASADO(A)--, NASCIDO(A) EM 04/05/56, OCUPANTE DO CARGO DA CATEGORIA FUNCIONAL (CODIGO NRO 1091) DE PROFESSOR MAG-09-A, COM REGIME DE TRABALHO DE 40 (---QUARENTA---) HORAS SEMANAIS, LOTADA NO(A) CE ORLANDO BERTOLI, CODIGO NRO 06.07.025712, MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETULIO, PARA TER EXERCICIO NO(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETULIO NA DESCENTRALIZACAO DO ENSINO, POR IMPERATIVO DE CONVENIO.

COM ONUS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, A PARTIR DE 15 DE FEVEREIRO DE 1993.

FLORIANOPOLIS, EM 12/03/93.

ROSALIR DEMBOSKI DE SOUZA
 DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA P/ 2776/93/SEC

O SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DELEGADAS PELO DECRETO Nº.525, DE 02.09.91 E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº. 015E 1200-3/93, RESOLVE DISPENSAR, DA FUNCAO DE COORDENADOR AUXILIAR DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL (4034), NIVEL AD-FEC-2, NO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL NOSSA SENHORA DE LURDES, CODIGO 00036-1, MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS, ELIZABETH MARTINS SILVA (MATRICULA Nº.297.560), CASADA, NASCIDA EM 27.10.1955, OCUPANTE DO CARGO DE ATENDENTE DE CLASSE, NIVEL TSG-7-B, COM O REGIME DE TRABALHO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, A PARTIR DE 04 DE FEVEREIRO DE 1993.

FLORIANOPOLIS, EM 12/03/93.

PAULO ROBERTO BAUER
 SECRETARIO DA EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA P/ 2751/93/SEC

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES SUBDELEGADAS PELA PORTARIA E/0366/91/SEC, DE 20.09.91, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO PSEC 008513/93-7, RESOLVE CONCEDER AFASTAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 29, ITEM VII, DA LEI NRO 6844, DE 29.07.86, A KATHIA TEREZINHA FINARDI (MATRICULA NRO 191531), E.CIVIL --SOLTEIRO(A)--, NASCIDO(A) EM 13/09/65, OCUPANTE DO CARGO DA CATEGORIA FUNCIONAL (CODIGO NRO 1021) DE PROFESSOR MAG-02-A, COM REGIME DE TRABALHO DE 20 (---VINTE---) HORAS SEMANAIS, LOTADA NO(A) EB RAULINO HORN, CODIGO NRO 04.04.017701, MUNICIPIO DE INDAIAL, PARA TER EXERCICIO NO(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE INDAIAL, POR IMPERATIVO DE CONVENIO.

COM ONUS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, A PARTIR DE 01 DE FEVEREIRO DE 1993.

FLORIANOPOLIS, EM 12/03/93.

ROSALIR DEMBOSKI DE SOUZA
 DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA P/ 2763/93/SEC

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES SUBDELEGADAS PELA PORTARIA E/0366/91/SEC, DE 20.09.91, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO PSEC 008267/93-6, RESOLVE FAZER CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA 22791/91/SEC, DE 26/09/91, QUE CONCEDEU AFASTAMENTO PARA ATUAR, NO PROCESSO DE DESCENTRALIZACAO DA GESTAO DO ENSINO, POR IMPERATIVO DE CONVENIO,

NO(A) PREFEITURA MUNICIPAL CODIGO NRO 09.14.002816, MUNICIPIO DE ABDON BATISTA, EDNA CATARINA SEREGATTI (MATRICULA NRO 149761), E.CIVIL --CASADO(A)--, NASCIDO(A) EM 25/11/59, OCUPANTE DO CARGO DA CATEGORIA FUNCIONAL (CODIGO NRO 1051) DE PROFESSOR MAG-05-A, COM REGIME DE TRABALHO DE 40 (---QUARENTA---) HORAS SEMANAIS, LOTADA NO(A) CE JOSE ZANCHETTI, CODIGO NRO 09.14.044555, MUNICIPIO DE ABDON BATISTA, A CONTAR DE 01.01.1993.

FLORIANOPOLIS, EM 12/03/93.

ROSALIR DEMBOSKI DE SOUZA
 DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA P/ 1938/93/SEC

O SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCACAO CULTURA E DESPORTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DELEGADAS PELO DECRETO 525, DE 02.09.91 E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº. 8247/927, RESOLVE INCLUIR, NA PORTARIA P/ 5826/SEC, DE 16.06.92, QUE ENQUADROU CONFORME LINHA DE CORRELACAO ESTABELECIDA NO ARTIGO 2, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 49, DE 24.04.92, E PORTARIA P/14094/SEC DE 16.11.92, QUE REENQUADROU CONFORME LINHA DE CORRELACAO ESTABELECI DA NO ARTIGO 2, DA LEI Nº. 1139 DE 28.10.92, IVONETE BAZZO NUNES, MATRICULA Nº. 126.187, CASADA, NASCIDA EM 19.03.58, OCUPANTE DO CARGO DA CATEGORIA FUNCIONAL DE ADMINISTRADOR ES COLAR II-LP-01-I (2211), PARA O CARGO DE EAE/ADMINISTRADOR ESCOLAR (2041), MAG-04-A, E CARGO DE EAE/ADMINISTRADOR ESCOLAR (2071), MAG-07-A.

FLORIANOPOLIS, EM 01/03/93.

PAULO ROBERTO BAUER
 SECRETARIO DA EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO

ALA - Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
Alada Nacional Empreendimentos Comerciais Ltda.
Alfamax Embutidos
Alumínio Barreiros Ltda. - Esquadrias de Alumínio e Box para Banheiro.
Armabem - Indústria de Móveis
Arquitect - Arquitetura, Técnica, Planejamento, Execução de Móveis Sob Medida.
Artur Móveis - Projetos e Decorações Ltda.
Assahi Serviços S/C Ltda.
BEL PAR - Distribuidora de Cosméticos Ltda.
Blue's Representações Comerciais.
Canil Mamy Held
Carlos Valdomiro Bento
Casa Mobili Ltda.
Center Solar das Espumas Ltda.
Comércio e Representações Dibra Móveis Ltda.
Conabem - Administradora de Consórcios SC Ltda.
Confiança Crediauto
Consórcio Bandeirantes SC Ltda.
Consórcio Nacional Exata - Assessoria Financeira e Vendas SC Ltda.
Consórcio Nacional Garavelo - Garavelo Administradora de Consórcios Ltda.
Consórcio Universal - Universal Representações e Administração SC Ltda.
Construtora Mendes Ltda.
Dipronauto Veículos Ltda.
Divina Móveis Ltda-ME
E.A.P. - Esquadrias de Alumínio Presalinda
Elesal - Comércio e Representações Ltda.
Eletrô Cidade - Consertos de Eletrodomésticos.
Eletrônica Agrônômica
Eletrônica Moreira
Eliane Móveis e Decorações Ltda.
Embra Filtro - Empresa de Filtros Ltda.
Emorb - Materiais de Construções e Mão de Obra Ltda.
Esquadrias Fechalar
Esquadrias Neusa - A Casa das Aberturas
Ferramentas Lages Ltda.
Gelson Gonçalves dos Santos - Móveis Sob Medida
Gold Invest - Indústria e Comércio de Ouro Ltda.
G.T.C. - Grupo Técnico de Conservação Ltda.
Ilha Box - Vilmar Raul de Moraes - ME
Ilha Móveis - Comércio e Decorações Ltda.
Imobiliária Campeche Sul Ltda.
Ineplan - Artefatos de Madeira Ltda.
João Batista Machado - Móveis Sob Medida
João Serafim - Móveis Sob Medida
José Richard Torres - Estofaria
Lago Azul - Comércio de Piscinas e Material de Construção Ltda.
Lajes Pré Moldadas Sidney
Lual Comércio de Esquadrias e Persianas Ltda.
Lucam - Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Madeira LS Ltda.
Madereira Abraão Ltda.
Madesser - Comércio e Indústria de Esquadrias de Madeira
Madesserra - Indústria e Comércio - ME
Magnum Especializada Ltda.
Mar Azul Piscinas Ltda.
Marcoleto Andrade da Silva - Móveis Sob Medida.
MP - Móveis Pinheiro Ltda.
Mudanças Juliana
Natureza Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Nevatur Transportes Coletivos
Normac - Comércio e Representações de Materiais de Construção Ltda.,
ORCR - Comércio de Representações Ltda.
Oscar Rigatti Cia. Ltda.
Persianas Didô Ltda.
Piscina Sul - Piscinas e Saunas Sul Ltda.
Portugal Imóveis
Pré Moldados Nossa Senhora Ltda.

- Albergados
- B.O.S.
- Internados
- Internados provisoriamente
- Liberdade assistida
- Prestação de Serviços Comunitários
- Alfabetizados
- Complementação alimentar
- Profissionalização
- Apoio sócio familiar
- Apoio sócio educativo
- Atendimento a drogadictos:
 - ambulatorial
 - internação
- Programas de estudo, pesquisa
- Programas de capacitação de RH
- ... Outros (identificar)

NOTAS:

1. Outros programas sociais poderão ser acrescidos.
Sugere-se a leitura do quadro TAXONOMIA DOS PROGRAMAS SOCIAIS, in: "Brasil - Criança Urgente - A Lei". Ed. Columbus Cultural. SP, 1990. p.98-99.
2. Importante fonte de consulta será o Cadastro previsto no ECA.

MODELOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº _____

Dispõe sobre o Plano de Aplicação de recursos oriundos do FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE à entidade que especifica.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, cumprindo o disposto no artigo _____ inciso _____ da lei complementar municipal nº _____ de _____ de _____, por unanimidade de votos, resolve aprovar o Plano de Aplicação do FIA destinado à cobertura da Folha de Pagamento e encargos bem como e preferentemente a despesas de manutenção para as seguintes entidades:

(NOME DA INSTITUIÇÃO, VALOR GLOBAL, TIPO DE PROGRAMA DE ATENDIMENTO)

1.
2.
3.
- (...)

Estes valores serão repassados em parcelas mensais, podendo ser atualizados se permitida a legislação municipal e existente os recursos financeiros para cobertura das despesas.

Aditamentos e inclusão de novas instituições serão objeto de apreciado caso a caso.

Sala de Sessões, _____ de _____ de _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

SECRETARIA MUNICIPAL _____

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONVÊNIO Nº _____

Entre a Prefeitura Municipal de _____
através do Fundo Municipal _____
e a _____ visando...
(recurso a ser destinado...).

A Prefeitura Municipal de _____, através do Fundo Municipal _____, doravante denominada Secretaria, neste ato representada por seu titular _____ e a _____, doravante denominada Instituição, neste ato representada por seu Presidente, Sr.(a) _____, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, doravante denominada interveniente, neste ato representado por seu Presidente Sr. _____, resolvem celebrar este convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Do objeto

O presente convênio tem como objetivo conceder apoio pecuniário à Instituição, a qual deverá estar devidamente cadastrada no Interveniente.

Cláusula Segunda - Do fundamento legal

Este convênio tem fundamentação legal no artigo _____ incisos _____, artigo _____ inciso _____ e (...) da lei complementar municipal nº _____ de _____ de _____ de _____.

Cláusula Terceira - Do valor e parcelamento

Para a execução do presente convênio, a Secretaria repassará a importância de Cr\$ _____, proveniente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, conforme expressa deliberação do Interveniente, no período compreendido entre _____ de _____ de 1993 a 31 de dezembro de 1993.

Parágrafo Primeiro - O recurso repassado correrá por conta do item 3231 Subvenções Sociais, do orçamento do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Parágrafo Segundo - O valor será transferido mediante (x) parcelas, mensais, de igual montante, podendo ser atualizado o valor das parcelas na mesma proporção da atualização orçamentária (caso a atualização esteja prevista na legislação municipal).

Cláusula Quarta - Da aplicação do recurso

O recurso recebido pela Instituição deverá ser aplicado na manutenção dos programas desenvolvidos pela Entidade e ocasionalmente no pagamento de salários e encargos sociais.

Cláusula Quinta - Da Prestação de contas

A Instituição deverá prestar contas à Secretaria apresentando cópia dos comprovantes de pagamento à aplicação do recurso.

2. O FIA é vinculado administrativamente à estrutura do Governo pois necessita produzir : Demonstrativos de Receita/Despesa; Balancetes e Balanços; Controles; Pagamentos de Despesas; repasse de recursos conveniados; Prestações de Contas ao Tribunal de Contas do Estado.
3. Vinculado tecnicamente ao CEDCA pois este define o Plano de Aplicação e regulamentação (art.71 da Lei Fed.nº 4.320).

QUADRO II - MODELO DE ORÇAMENTO PARA O FIA MUNICIPAL
(FIA - FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA)

ORÇAMENTO (Classificação Econômica)	
Cod.	
3000	<u>DESPESAS CORRENTES</u>
3100	Despesas de Custeio
3130	. Serviços de Terceiros e encargos
3131	. Remuneração de serviços pessoais
3132	. Outros serviços e encargos
3200	Transferências Correntes
3230	. Transferências a instituições privadas
3231	- SUBVENÇÕES SOCIAIS
4000	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>
4300	Transferências de Capital
4330	. Transferências a instituições privadas
4331	- AUXÍLIO PARA DESPESAS DE CAPITAL

Notas:

1. Sugere-se a abertura de dois tipos de contas bancárias: Contas Disponíveis (recursos do município e doações que podem ser aplicados no mercado financeiro para atualização) e Contas Vinculadas (recursos provenientes do Estado e da União). Os recursos da União não podem ser aplicados, salvo autorização.

Bibliografia:

- Lei Federal nº 4.320
- Resolução TCE/SC nº 06/89
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990
- Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991
- Lei estadual nº 8.307, de 21 de agosto de 1991 - SC
- Decreto 865/91 - SC

QUADRO III - RESOLUÇÃO nº 11/92

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA, em sessão ordinária datada de 27.10.92, apreciando o Quadro de Detalhamento, por elemento orçamentário, para aplicação dos recursos e subvenções sociais do Fundo Estadual para Infância e Adolescência-FIA, criado pela Lei Estadual nº 8.307/91 e regulamentado pelo Decreto 685/91, para o exercício de 1993, resolve APROVAR o Plano conforme segue:

ELEMENTO ORÇAMENTÁRIO

Percentual de Aplicação

.incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda de órfão ou abandonado	5 %
. programas de proteção (1)	35 %
. programas sócio-educativos(2)	20 %
. programas de políticas compensatórias (3)	10 %

- projetos em caráter supletivo, transitório e excepcional, para apoio sócio-familiar e de assistência social especializada 10 %
- desenvolvimento de programas de estudo, pesquisa, documentação, publicação, aperfeiçoamento de recursos humanos 10 %
- atendimento a despesas diversas de caráter urgente e inadiável 10 %

- abrigos, programas para meninos de rua, SOS, ...
- internação, internação provisória, liberdade assistida, programas de prestação de serviços à comunidade,...
- educação/cidadania: alfabetização,...; saúde: complementação alimentar,...

PS: Na transferência de recursos a Fundos Municipais a aplicação dos recursos estaduais obedecerá ao Plano de Aplicação Municipal, aprovado pelo conselho de Direitos Municipal.

IV - QUADRO DE DETALHAMENTO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE SUBVENÇÕES SOCIAIS DO FUNDO MUNICIPAL, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº _____ E REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº _____ PARA O EXERCÍCIO DE 1993.

PLANO DE APLICAÇÃO DO MUNICÍPIO _____

PROGRAMAS	Percentual de Aplicação dos Recursos que comporão o FIA	Custo em UFIR	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL			
			MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO	TOTAL
1.incentivo ao acolhimento sob forma de guarda, de órfão ou abandonado						
2.programa de proteção (1)						
3.programa sócio-educativo (2)						
4.programas de políticas compensatórias (3)						
5.programas de promoção à família (manutenção da agregação do conjunto familiar)						
6. projetos, em caráter supletivo, transitório e excepcional, para apoio sócio-familiar e de assistência social especializada						
7. desenvolvimento de programas de estudo, pesquisa, publicação, documentação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos						
8. atendimento a despesas diversas de caráter urgente e inadiável (4)						
9.aquisição de medicamentos, refeições, pagamento do serviço de hotelaria para crianças, adolescentes e suas famílias,...(especificar)						
TOTAL:	100%					

- Abriços, meninos de rua, Albergues, S.O.S -...
- Internatos, Internatos provisórios; progr. liberdade assistida, e de prestação de serviços; programas de prevenção e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de maus tratos.
- Alfabetização; complementação alimentar; assistência a gestantes e nutrízes; programas de planejamento familiar..
- Organizações sociais que estejam em sérias dificuldades financeiras, com comprometimento da continuidade de suas atividades.
Os recursos deverão auxiliar momentaneamente na solução do problema.

A N E X O I

METAS QUANTITATIVAS DO PLANO DE APLICAÇÃO MUNICIPAL
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
MUNICÍPIO DE _____

PROGRAMA	META (QUANTIFICAR)	UNIDADE
. Acolhimento sob forma de guarda		
. Abrigados		

exonerados. Estes cargos em Comissão deverão ser criados ou transformados os existentes (não utilizados) através de Lei, compondo o Quadro de Pessoal do Poder do Executivo Municipal.

VI - ANOTAÇÕES SOBRE FIA:

1. Providências Iniciais do Conselho de Direitos.

As primeiras providências a serem tomadas pelos Conselhos de Direito podem ser assim resumidas:

- cadastro de entidades governamentais e não-governamentais;
- quantificação das metas programadas;
- estabelecimento de preferência, prioridades e prescendência da Política Estadual/Municipal e diretrizes mestras;
- organização do sistema de atendimento à criança e ao adolescente em relação a programas de proteção e sócio-educativos.

A necessidade do cadastro e do registro é indispensável para:

- traçar políticas públicas
- uso do FIA.

2. Requisitos para Transferência de Recursos do FIA ESTADUAL para os Fundos Municipais.

O requisito básico é a apresentação de relatórios que contenham, entre outros:

- Plano Municipal do Conselho de Direitos (Programas/metas)
- Atividades desenvolvidas (exercício anterior)
- Evidenciar os resultados alcançados (exercício anterior)
- Atualização cadastro de entidades
- Recursos necessários e cronograma de desembolso

O Plano Municipal deve descrever Programas e instituições envolvidas, bem como, metas físicas da situação atual e projetada, entre outros.

As atividades desenvolvidas no ano anterior deverão conter as programadas, as extra-programadas e as não executadas (com justificativa). Deverá ser evidenciado os resultados alcançados relativamente a metas/objetivos e a programação e execução orçamentária.

A atualização cadastral e o acompanhamento das entidades deve atender o preceituado nos artigos 91 par. único, artigo 90 par. único, artigo 134 parágrafo único, artigo 88, IV e artigo 261, todos do ECA.

Quanto a recursos e cronograma de desembolso, nele deverá constar as origens de todos os recursos e percentual de contribuição (doações; contribuições do município, contribuições de fundos estadual e federal, ...)

3. FIA - Recursos Públicos.

Todos os recursos geridos pelo Fundo são públicos (inclusive oriundos de doações de pessoas físicas e jurídicas).

Sem PLANOS não há fundo (art. 260 §2º e Lei 4.320)

4. Personalidade Jurídica do FIA.

Conselho de Direitos é uma INSTÂNCIA POLÍTICA, não é órgão, portanto não tem personalidade jurídica, consequentemente, o fundo também não tem.

A função de Instância Política é a de deliberar e ser consultada.

5. PODERES CONSTITUCIONAIS DO CONSELHO DE DIREITOS

São precisamente dois, a saber:

- CONTROLE permanente da alocação de recursos por parte das políticas sociais básicas (públicas)
- ADMINISTRAÇÃO de um fundo próprio voltado a prioridades urgentes.

6. EXIGIBILIDADE DE RECURSOS

A exigibilidade de recursos financeiros se dá pela:

- Administração Pública,

- Organizações Representativas;
- Cidadão

Na inexistência de recursos,

a exigência se dá para permitir a oferta de recursos a programas:

- de proteção especial e
- sócio-educativos

Na existência de recursos,

a exigência se dá para regularização da oferta irregular de programas:

- de proteção
- sócio-educativos.

Esta exigência (forma de correção) da OFERTA IRREGULAR de recursos (.....) ou NÃO OFERTA dá-se através:

- EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO DE QUALQUER CIDADÃO (Constituição Federal, art. 5º, XXXIV)

ou

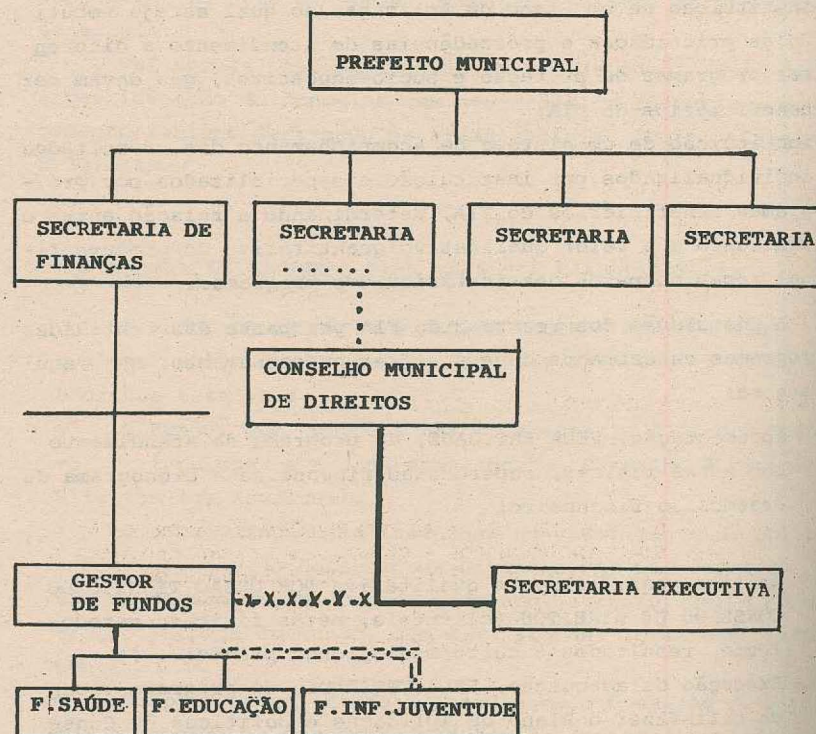
- AÇÃO JUDICIAL POR ASSOCIAÇÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO, UNIÃO ESTADOS E MUNICÍPIOS (art. 208 do ECA).

Portanto, o Governo, a sociedade e o cidadão podem fazer valer a existência do fundo e seu funcionamento regular, para fins sociais.

7. CONTAS BANCÁRIAS:

O fundo deve utilizar contas bancárias próprias, não devendo os seus recursos serem misturados com outras destinadas a finalidades diversas.

QUADRO I - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.



LEGENDA:

- vinculação ORGANIZACIONAL
- .-.-. vinculação administrativa
- .x.x. vinculação técnica
- subordinação

NOTAS:

1. O organograma acima identifica as linhas de subordinação e vinculação técnico-administrativa, bem como, se relacionam os setores envolvidos.

Dáí caber ao Conselho de Direitos traçar a política de captação, administração e aplicação de recursos financeiros.

O Conselho de Direitos atuando na promoção, proteção e defesa da criança e adolescente, definindo políticas de atuação, mediante programas de proteção e sócio-educativos ou mediante políticas e programas assistenciais não disporá dos recursos do Fundo para esta totalidade de ações. Afinal, não se vai chamar ao Conselho de Direitos as responsabilidades e competências dos órgãos do Poder Executivo na aplicação de recursos para políticas básicas e programas complementares.

Assim, embora o Conselho de Direitos possa influir na área da saúde, educação, trabalho, serviço social, ..., só destinará recursos do Fundo para atender atividades fins (não as meio) de entidades e programas inscritos no Conselho, quais sejam, os de proteção e sócio-educativos.

O Fundo (vide art. 71 da Lei 4.320), deve atender as deliberações que traduzem-se em normas peculiares de aplicação que são regulamentadas pelo Conselho de Direitos.

Imprescindível assim o Decreto de Regulamentação do Fundo, que deve detalhar, entre outros: a finalidade do Fundo; subordinação; origem dos recursos; motivos de movimentação e aplicação; gestão e gerência; enquadramento e análise dos beneficiários; liberação de recursos; responsabilidade pela execução do orçamento e escrituração contábil; competência do Conselho de Direitos; competência do Poder Executivo.

Nesta construção legal, deverá ser levado em consideração a necessidade de absoluta visibilidade e rigoroso controle de resultados na execução de serviços previstos pelos programas beneficiados pelo Fundo e o sistema apropriado para controle contábil e operacional do plano de aplicação.

O sistema de controle a ser implantado deve satisfazer a quatro requisitos básicos, a saber:

- registros contábeis dos atos praticados pelo FIA;
- estabelecimento de normas que assegurem transparência e publicidade da movimentação do FIA, sob supervisão de uma comissão do Conselho de Direitos e controle do Tribunal de Contas;
- instituição de um Plano de Aplicação no qual esteja embutido as prioridades e prescedências do atendimento a diferentes programas de proteção e sócio-educativos, que devam ser beneficiários do FIA;
- instituição de um sistema de acompanhamento dos resultados individualizados por instituição e especializados por programas beneficiários do FIA, determinando a relação entre o seu custo e o valor qualitativo/quantitativo do produto final recebido pelos destinatários dos programas.

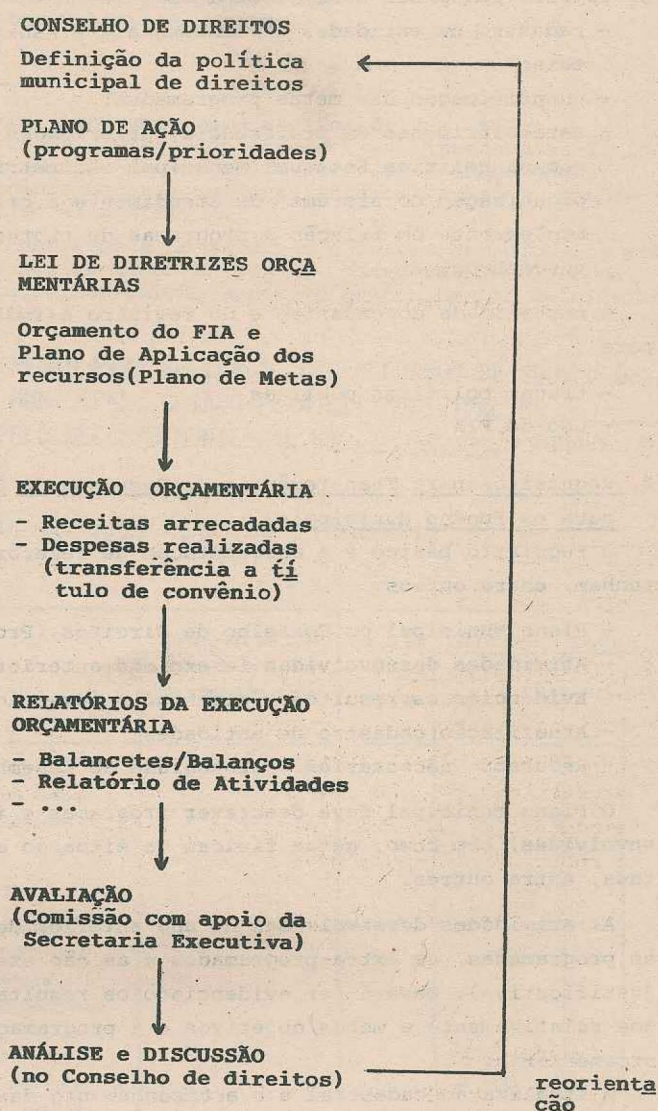
A postulação dos recursos do FIA por parte das entidades e programas cadastrados deverá sofrer processamento, que aqui se sugere:

- 1ª - Apresentação, PELA ENTIDADE, do programa de atendimento com metas físicas, repercussão financeira e cronograma de desembolso financeiro;
- 2ª - Análise quantitativa e qualitativa POR ÓRGÃO TÉCNICO DO CONSELHO DE DIREITOS (clientela, metas físicas, metodologia, resultados a curto/médio/longo prazos,...);
- 3ª - Execução da adequação, PELA ENTIDADE, do programa visando do satisfazer o Plano de Aplicação e políticas do Conselho;
- 4ª - Consolidação dos diversos programas em Programa FÍSICO (metas)/FINANCEIRO e estabelecimento de Cronograma de Desembolso, POR ÓRGÃO TÉCNICO DO CONSELHO DE DIREITOS;
- 5ª - Análise qualitativa e quantitativa levando em consideração a prescedência e prioridades de atenção definidas pelo Conselho de Direitos, a ser realizada POR ÓRGÃO TÉCNICO DO CONSELHO DE DIREITOS;
- 6ª - Adequação das metas físico-financeiras às prescedências e prioridades estabelecidas em relação as políticas de atendimento, realizada POR ÓRGÃO TÉCNICO DO CONSELHO;

7ª - Discussão e deliberação do Plano de Aplicação, PELO CONSELHO DE DIREITOS;

8ª - Encaminhamento, PELO CONSELHO, do Plano de Aplicação e Cronograma Físico/Financeiro ao FUNDO.

FLUXOGRAMA DE FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA



No entanto, o Fundo só poderá funcionar se puder receber recursos. Assim, imprescindível se torna constar da Lei Orçamentária Municipal (art. 134 ECA), a dotação: "CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS".

Esta dotação, se não existente na Lei Orçamentária, deverá ser criada mediante Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, de abertura do Crédito Especial respectivo. Isto só poderá ser efetuado se dispuser a referida lei de Funções e Programas da área de Políticas Públicas (saúde, educação, serviço social) dado os impeditivos Constitucionais (art. 167 C.F.).

Assim, para implantação do Fundo no próximo exercício, mesmo se já aprovada a Lei Orçamentária, é possível criar a dotação referida. Os recursos que poderão ser utilizados para abertura desse Crédito Especial poderão ser os decorrentes da anulação parcial da Reserva de Contingência; recursos do Excesso de Arrecadação; e recursos de anulações de outras dotações orçamentárias relacionadas às funções e programas de Educação Saúde, Serviço Assistencial.

No mais, é de se seguir as orientações da Lei 4.320/64 bem como as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Finalmente, ressaltamos que o Fundo, destinado a programas de Proteção e Sócio-Educativos, não respaldará despesas do Conselho, de Direitos ou Tutelar. A Manutenção dos Conselhos deverá ser prevista, em dotação do Orçamento Municipal, especificamente alocadas no órgão ao qual este se vincular. A retribuição financeira, quando houver, para o Conselho Tutelar, deverá ser decorrente do exercício de Cargos em Comissões, que serão providos pelo Prefeito Municipal, devendo ao término do período de mandato, os ocupantes dos referidos cargos serem

2. Constituição Federal.

- Disponibilidade de caixa dos Estados e Municípios serão depositadas em instituição financeiras oficiais - (art. 164, § 3º).
- A Lei orçamentária anual compreenderá os orçamentos dos fundos mantidos pelo Poder Público - (art. 165, § 5º, III).
- Cabe à lei complementar estabelecer condições para instituição e funcionamento de fundos (art. 165, § 9º, II).
- É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa - art. 167, IX).
- As ações governamentais na área da assistência social serão organizadas com base na diretrizes de descentralização político-administrativa e participação das organizações representativas na formulação de políticas e no controle de ações sendo realizadas com recursos do orçamento da seguridade social e contribuições sociais: SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS; dos empregadores; dos empregados (art. 204 c/c 195, III)

3. Constituição Estadual.

- A Lei orçamentária anual compreenderá: o orçamento fiscal referentes aos fundos; o orçamento da seguridade social abrangendo fundos da administração pública e a ela vinculados; (art. 120 § 4º)

4. RESOLUÇÃO nº 06/89 - Tribunal de Contas do Estado.

- Os fundos municipais, vinculados à Administração Municipal, por seus titulares, remeterão ao Tribunal de Contas diversos documentos, bem como, a lei de criação do fundo e o decreto executivo de sua regulamentação - estes no prazo de 30 dias a contar da vigência dos atos. (art. 11 par. único).

Outras remessas ao Tribunal: Lei Orçamentária
Balancetes mensais
Balanço Anual

5. Lei 4320

- O Fundo especial deve atender as deliberações que traduzem-se em normas peculiares de aplicação, que são regulamentadas pelo Conselho de Direitos (art. 71).

6. Doações ao Fundo.6.1. Lei 8.069/90 alterada pela Lei 8.242/91.

Art. 260: Os contribuintes poderão DEDUZIR DO IMPOSTO DEVIDO, na declaração do I.R., o total das doações feitas aos FIA (nac, est, mun.) devidamente comprovadas, OBEDECIDOS os LIMITES estabelecidos em DECRETO do Presidente da República.

§ 3º : O Departamento da Receita Federal, ..., regulamentará a comprovação das doações...

§ 4º : O MINISTÉRIO PÚBLICO determinará em cada comarca a forma de fiscalização da APLICAÇÃO, pelo Fundo Municipal..., dos INCENTIVOS FISCAIS referidos neste artigo.

6.2. Lei 8.383/91 (altera legislação do IR e trata do IR das Pessoas Físicas)

Art. 11: Na declaração de ajuste anual (art. 12) poderão ser deduzidos:

III - as doações de que trata o art. 260 da Lei 8.069/90.

§ 3º : A soma das deduções previstas nos incisos II e III está limitada a 10%....

(regulamenta artigo já revogado - L. Fed. 8.242/91)

IV - Serventia dos Recursos do FIA Estadual (SC):

Os recursos financeiros do FIA podem ser utilizados para:

- despesas com programas de promoção, defesa, orientação e proteção

- despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou estudos
- despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento em recursos humanos
- subvenção social

- ressarcimento de despesas, adiantamentos, pagamentos ...

- pagamento de serviços técnicos de comunicação e divulgação

- reforma, ampliação, locação de imóveis. (artigo 5º, § 2º, Decreto 685/91)

A responsabilidade do financiamento das Políticas Sociais Básicas não é do FIA, é do Poder Público, através dos orçamentos das áreas da saúde, educação, previdência e assistência social.

A obediência ao PRINCÍPIO DA GARANTIA de prioridade absoluta diz respeito a destinação PRIVILEGIADA de recursos públicos na área de proteção, sob pena de RESPONSABILIDADE

- administrativa,

- civil e

- criminal

em função da pulverização de recursos que possa ser promovida.

Assim, os recursos que compõem o FIA destinam-se a áreas com problemas graves (ver art. 227 da C.F.; artigos 101 e 102 do ECA e artigo 5º, § 2º do Decreto 685/91). A execução destes programas é facultada ao Estado-Membro e é atribuição do Município, vedada à União.

Portanto, não compõem o Fundo os recursos oriundos de

. Políticas Sociais Básicas,

. Assistência Social,

as quais são DEVER do Estado.

Compete ao CEDCA municipal deliberar sobre critérios de aplicação dos recursos das áreas responsáveis pelas Políticas Sociais Básicas. Por exemplo: reforçar a cada ano áreas de esporte, lazer, profissionalização ou em algum momento concentrar na área da saúde, educação, através de programas especiais.

Daí porque também garantir na lei estadual/municipal a participação do Conselho com sugestões na formulação do Orçamento Público destinado às áreas sociais. (Lei Estadual 8.307/91).

V - ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, é igual a qualquer outro fundo administrado por Prefeitura Municipal e órgãos estaduais.

O Fundo, que compõe a Lei Orçamentária do Poder Executivo, é vinculado, e não subordinado, ao Conselho Municipal de Direitos (ou Estadual).

O termo vinculação traduz-se no cumprimento de políticas de atuação do Conselho de Direitos mas não desce ao nível da determinação do processamento, escrituração e administração interna do Fundo, que deve atender legislação pertinente.

Cumprir as políticas definidas pelo Conselho de Direitos é atender ao que foi estabelecido por um colegiado do Poder Executivo e outro formado por Entidades Não-Governamentais atuando ambos harmonicamente e de forma paritária. Portanto, a Prefeitura Municipal (Estado) não se submete ao Conselho de Direitos, mas às suas próprias instituições com assento nele e à sociedade organizada, legitimamente representada.

Os recursos do Fundo provêm de Dotação Orçamentária do Município, de transferências financeiras do Estado e da União, de doações, de convênios, acordos e outras modalidades. Todos os recursos do Fundo são públicos e o Orçamento deve prevêê-los.

vados. Isto é, tem a ver com recursos para manutenção, investimento ou expansão refletindo-se sobre programas de proteção, sócio educativos, de promoção, de defesa (artigo 260, § 2º ECA)

Exemplificando:

- . PRESCEDÊNCIA (ordem dos programas de atendimento):
 - 1º - sócio-educativos (art. 90, V a VII do ECA)
 - 2º - proteção (art. 90, I a IV do ECA)
 - 3º - integrativos (capacitação, regresso à escola,...)
 - 4º - redistributivos (creches,...)

(*) vide Plano de Aplicação do FIA Estadual (quadro III)

. PREFERÊNCIA:

- dos Programas Sócio-Educativos a preferência reside:
 - . liberdade assistida
 - . internação
 - . (...)
- dos de Proteção a preferência está com:
 - . abrigo
 - . orientação e apoio sócio-familiar
 - . (...)
- (...)

. PRIORIDADE:

- INTERNAÇÃO
- ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR

Importante se definir também quem vai preparar este estudo para o Conselho e quem vai acompanhar.

No que pertine a aplicação dos recursos do FIA a preferência deverá dirigir-se a programas de Proteção e Sócio Educativos.

a. Programas de Proteção:

- Destinatários:
 - . crianças e adolescentes:
 - de rua (auto-vitimizados)
 - vítimas de: maus tratos, exploração, abuso sexual, negligência,...
 - drogadictos
 - prostituídos
 - ...
- Medidas de Proteção (apoiar/criar):
 - . Plantões de recebimento de denúncias sobre negligência, maus tratos, ... SOS Criança;
 - . abrigos;
 - . albergues;
 - . programas de profissionalização;
 - . programas de encaminhamento para:
 - mercado de trabalho
 - geração de renda
 - . programas especiais de tratamento e reabilitação
 - . programas de orientação e apoio-sócio-familiar;
 - . programas de colocação em família substituta através:
 - adoção
 - guarda provisória (lei)

- Órgão decisor das Medidas:

- . Conselho Tutelar (menor de 12 anos)
- . Justiça da Infância e Juventude (maior de 12 anos)

b. Programas Sócio-Educativos:

- Destinatários:
 - . adolescentes à quem se atribua autoria de Ato Infracional.
- Medidas Sócio Educativas:
 - . plantão interinstitucional integrado;
 - . programas de prestação de serviços comunitários;
 - . programas de liberdade assistida;
 - . programas de semi-liberdade;

- . programas de internação;
- . atendimento especializado nas áreas de:
 - drogadição;
 - prostituição;
 - ...

4. Competências da Secretaria de Justiça (SC):

A Secretaria de Estado compete realizar:

- repasses administrativos do Fundo;
 - controle e contabilização/escrituração;
 - seguimento aos programas de distribuição e consignações aprovadas pelo Conselho de Direitos;
 - suporte de pessoal técnico para execução do FIA e contabilização necessária; ...
- (vide artigos 5, 6, 11 do Decreto 685/91)

5. Gestão Executiva do FIA:

Além dos preceituados como competência da Secretaria de Justiça, outros se apresentam, como:

- atos de acordo com normas e planos de distribuição financeira aprovados pelo Conselho;
- assessorar a Diretoria do CEDCA;
- analisar, selecionar, informar processos de solicitação de recursos;
- movimentar o FIA;
- prestar contas da movimentação financeira;
- diligenciar junto a entidades conveniadas para coleta de dados.

Aqui cabem algumas considerações sobre GESTÃO. Pode-se dividir duas formas de GESTÃO:

- GESTÃO POLÍTICA;
- GESTÃO ADMINISTRATIVA.

5.1.- Gestão Política:

Ao Conselho de Direitos compete a GESTÃO POLÍTICA, que traduz-se em:

- DELIBERAR sobre como as políticas de proteção, promoção, defesa, ..., serão cumpridas no âmbito das políticas sociais básicas (saúde, educação, ...);
- FIXAR critérios para aplicação e destinação de recursos pelo FIA (parâmetros técnicos e diretrizes - caminho a seguir);
- CONTROLAR politicamente as ações do atendimento de direitos;
- EMISSÃO de recibo de doações.

5.2.- Gestão Administrativa:

Por seu turno, a GESTÃO ADMINISTRATIVA tem a ver com um órgão técnico que:

- se vincule ao Poder Público;
- possua infra-estrutura de recursos materiais e humanos;
- possua CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL para análise, avaliação, acompanhamento, elaboração dos Programas e projetos;
- apresente a movimentação orçamentária e financeira.

Estas as obrigações do Gestor Administrativo do FIA (arts. 5º § 1º, 14, Decreto 685/91).

III - LEGISLAÇÃO EXISTENTE SOBRE FUNDOS:

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90)

- Fundo é GERIDO pelo Conselho - art. 214
- Fundo é CONTROLADO pelo Conselho - art. 260
- Fundo é administrado pelo Conselho, já que o Conselho deve fixar critérios de utilização das receitas - art. 260, § 2º.

ANEXOS

- QUADRO I - Estrutura Organizacional e Funcional do Conselho de Direitos
- QUADRO II - Modelo de Orçamento para o FIA Municipal
- QUADRO III - Resolução nº 11/92-Plano de Aplicação do FIA Estadual
- QUADRO IV - Plano de Aplicação Municipal - FIA
- MODELOS : Resolução , Convênio e Prestação de Contas

I-ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DIREITOS

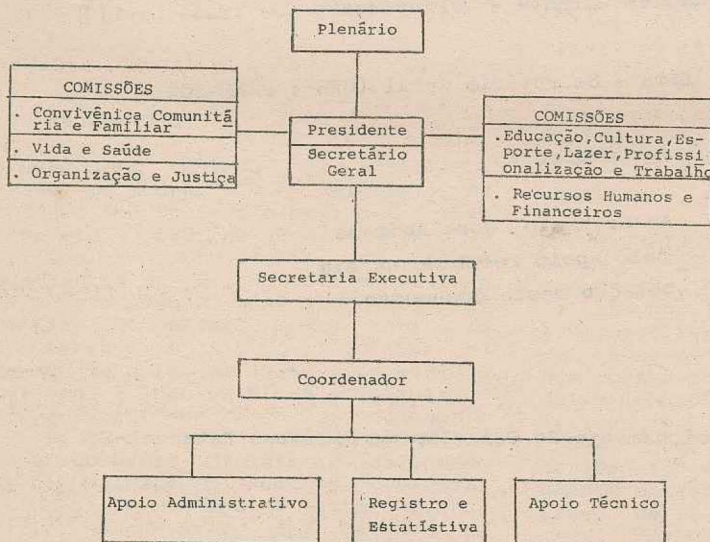
O Conselho Estadual foi criado pela Lei Estadual nº 8.230, alterada pela Lei 8.307, de 21 de agosto de 1991 tendo atribuições apresentadas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 829/91-SC.

É órgão deliberativo, controlador, consultivo e de assessoramento superior da área social do Governo do Estado, tendo por finalidade discutir e formular políticas sociais básicas, complementares e de proteção especial voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, envolvendo, portanto, os setores : saúde, educação, justiça, habitação, saneamento, segurança, ...

O Conselho exerce suas atividades normais em reuniões mensais, última quarta-feira, e através de reuniões periódicas de suas Comissões.

Por não possuir personalidade jurídica o CEDCA necessita vincular-se a uma das Secretarias de Estado ou Gabinete do Governador, no caso de Santa Catarina, vincula-se à Secretaria de Estado da Justiça e Administração - SEJAD. Assim, o Fundo para Infância, vinculado ao CEDCA e por ele gerenciado (artigo 214 do ECA), é executado operacionalmente contabilmente pela SEJAD.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Atualmente o Conselho é constituído por 26 membros titulares e igual número de suplentes, de forma paritária entre Organizações Governamentais (O.G.) e Organizações Não Governamentais (ONG).

O Plenário, a Presidência, a Secretaria Geral, as Comissões e a Secretaria Executiva são órgãos que integram o Conselho.

Al Plenário compete discutir, deliberar e controlar as políticas de atendimento à criança e adolescente e sua família, bem como, baixar as normas e atos para o funcionamento do Conselho.

O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir os trabalhos internos, orientar a Secretaria Executiva, presidir as reuniões plenas e exercer a representação externa.

O Vice Presidente compete desempenhar as atribuições do Presidente, quando este lhe transmitir o exercício do cargo por impedimento ou licença.

A Secretaria Geral compete secretariar os trabalhos em plenário, apoiando o presidente na coordenação dos trabalhos.

As Comissões permanentes, responsáveis pelos estudos de competência do Conselho são ouvidas todas as vezes que o Plenário solicitar pareceres ou quando, por iniciativa própria, apresentarem indicativos e Resoluções para discussão e votação.

A Secretaria Executiva é responsável pelas atividades administrativas internas, apoio técnico às Comissões, bem como, pelos registros e estatísticas de indicadores sociais avaliados.

II - NOÇÕES GERAIS

1. Natureza do FIA:

É vinculado ao Conselho Municipal de Direitos.

As razões constitucionais para sua criação estão na Constituição Federal (artigos 227 c/c 204), competindo ao Estado promover programas com recursos de seu orçamento e estímulos de incentivos fiscais e de subsídios.

2. Finalidade do FIA:

Apoiar financeiramente as entidades e instituições sociais juridicamente organizadas para atendimento de direitos, defesa, estudos, pesquisas, proteção, apoio sócio-familiar e garantia de direitos à criança e ao adolescente.

O Requisito para realizar convênio com o FIA estadual é possuir um cadastro no Conselho Municipal e registro no Conselho Estadual.

3. Atribuição do FIA:

Captar, controlar e aplicar recursos financeiros.

3.1. Captação de Recursos:

Se dá através de:

- dotações orçamentárias do Município e transferências de recursos financeiros do Estado e da União;
- doações incentivadas e outras;
- Convênios, acordos e outras modalidades;...

3.2. Controle de Recursos:

O Fundo executa a aplicação dos recursos de conformidade com critérios e decisões do Conselho de Direitos.

Sobre os recursos geridos pelo Fundo, o Conselho exige:

- transparência absoluta;
- controle rigoroso (profundidade).

A transparência absoluta se dá com a publicidade das ações desenvolvidas e o controle rigoroso, observando-se as regras de Contabilidade Pública, Orçamento e Balanço estabelecidos na Lei Federal 4.320/64, legislação complementar e regulamentos específicos.

O Fundo, além do controle contábil, deve procurar exercer outras formas de controle, como por exemplo:

- a- controle operacional (Relatórios, ...)
 - . previstos no Decreto Estadual 685/91
- b- controle de resultados
 - . tais como: relação custo/beneficiário;
 - . impacto da ação sobre o padrão de vida do beneficiário (MI, Mortalidade Materna Desnutrição,...)

3.3. Aplicação de Recursos:

O Fundo libera recursos para entidades governamentais e não governamentais, segundo critérios aprovados pelo Conselho de Direitos.

O Conselho para definir a liberação deverá proceder:

- . diagnóstico e análise da realidade da criança e do adolescente
- . estabelecer prioridades de aplicação
- . definir o plano de ação de atendimento

Entre os programas prioritários a serem elegidos deverá constar, obrigatoriamente, os de proteção e os sócio-educativos (vide artigos 101 e 112 do ECA).

Os critérios aprovados pelo Conselho tem a ver com:

PRECEDÊNCIA, PREFERÊNCIA E PRIORIDADE, que determinam a distribuição dos recursos em percentuais aos programas aprovados.

PORTARIA N. 00529/93/SJA

O SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe confere o artigo 1., item I, letra "b" do Decreto n. 525, de 02 de setembro de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 1991 e tendo em vista o que consta do processo n. 2739/93/3/SEAP, resolve DESIGNAR nos termos dos artigos 38, parágrafos 1., 2. e 129 Parágrafo Único, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, MAURO CICERO RIBAS, matrícula n. 131.564-1, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete (codigo 5029), nível AD-DGS-3, do Gabinete do Vice-Governador, para exercer em substituição o cargo em comissão de Gerente de Serviço de Contabilidade (codigo 5401), nível AD-DGS-2, durante o impedimento do titular, Carlos Picoli, matrícula n. 256.654-0, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de março de 1993.

Florianópolis, em 05 de março de 1993.
Rainoldo Uessler - Secretário de Estado da Justiça e Administração.

PORTARIA N. 00467/93/SJA

O SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO de acordo com a delegação de competência que lhe confere o artigo 1., item II, do Decreto n. 525, de 02 de setembro de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 1991 e tendo em vista o que consta do processo n. 0204/93-5/SEAP, resolve PRORROGAR pelo período de 02 (anos) a licença sem remuneração, concedida a, SILVIA MARIA SOUZA DOS SANTOS matrícula n. 200.636-7, ocupante do cargo da categoria funcional de EAE/Orientador Educacional, (codigo 469) nível PE-MAG-04, referencia A, do Grupo: Magisterio, do Quadro de Pessoal do Magisterio Publico Estadual, lotada na Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto.

Florianópolis, em 03 de março de 1993.
Rainoldo Uessler - Secretário de Estado da Justiça e Administração.

PORTARIA N. 00495/93/SJA

O SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe confere o artigo 1., item II, do Decreto n. 525, de 02 de setembro de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 1991 e tendo em vista o que consta do processo n. SEAP 687/936, resolve CONCEDER READAPTAÇÃO, nos termos do artigo 48, parágrafos 1., 2., da Lei n. 6.844, de 29 de julho de 1986, pelo período de 06 (seis) meses, a MARIA DE LOURDES GAMBA TORRES matrícula n. 157.209 ocupante do cargo da categoria funcional de Professor, nível PE-MAG-08, referencia A, do Grupo: Magisterio, do Quadro de Pessoal do Magisterio Publico Estadual, lotado(a) no(a) E.B. Jose Boiteux, de Florianópolis, Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, a partir de 02 de fevereiro de 1993.

Florianópolis, em 04 de março de 1993.
Rainoldo Uessler - Secretário de Estado da Justiça e Administração

PORTARIA N. 00522/93/SJA

O SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO de acordo com a delegação de competência que lhe confere o artigo 2., item V, do Decreto n. 525, de 02 de setembro de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de setembro de 1991 e tendo em vista o que consta do processo n. 36642/92-4/SEAP, resolve TORNAR SEM EFEITO a portaria n. 5882/SJA, de 03 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado de 07 de dezembro de 1990, que concedeu aposentadoria por tempo de serviço, a DIOMAR ACRISIO DUTRA, matrícula n. 043.025, lotado na Secretaria de Estado da Segurança Publica.

Florianópolis, em 05 de março de 1993.
Rainoldo Uessler - Secretário de Estado da Justiça e Administração.



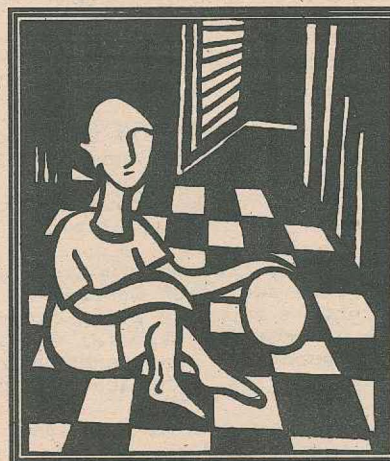
ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASPECTOS GERAIS DOS

Fundos para Infância e Adolescência -FIA



1992 - SC

Diretoria do CEDCA:

Helio Abreu Filho - Presidente (ONG : SERTE)

Ney Dante Hernandez Galante - V.Presidente (OG : Casa Civil)

Elaine Paes e Lima - Secretária Geral (ONG : OMEP-SC)

Agradecimento

Ao Dr. Zênio Rosa Andrade
pelo apoio recebido na elaboração deste documento.

SUMÁRIO

I . Estrutura e Funcionamento do Conselho de Direitos Estadual-SC

II . Noções Gerais

1. Natureza do FIA
2. Finalidade do FIA
3. Atribuições do FIA
4. Competências da Secretaria de Estado da Justiça e Administração
5. Gestão Executiva do FIA

III . Legislação sobre Fundos

1. Estatuto da Criança e do Adolescente
2. Constituição Federal
3. Constituição Estadual
4. Resolução nº 06/89- Tribunal de Contas
5. Lei Federal 4.320
6. Doações ao Fundo

IV . Serventia dos Recursos do FIA Estadual de Santa Catarina

V . Administração do Fundo para Infância e Adolescência

VI . Anotações sobre o FIA

1. Providências Iniciais dos Conselhos
2. Requisitos para Transferência de Recursos do FIA Estadual
3. FIA - Recursos Públicos
4. Personalidade Jurídica do FIA
5. Poderes Constitucionais do Conselho de Direitos
6. Exigibilidade de Recursos
7. Contas Bancárias